



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP: 36.970-000

LEI MUNICIPAL N.º 1503, DE 27 de AGOSTO DE 2010.

Autoriza o Município de Manhumirim a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde Verde – CISVERDE, e dá outras providências.

O Povo do Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Manhumirim autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde Verde – CISVERDE, podendo, para tanto, formalizar Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções com os demais entes da federação participantes.

Parágrafo único. O aditivo mencionado no *caput* deverá ser publicado na imprensa oficial, quando se converterá automaticamente em contrato de consórcio público.

Art. 2º - Em razão do disposto no artigo anterior, fica criado no âmbito da Administração Pública Municipal Indireta de Manhumirim o Consórcio Intermunicipal de Saúde Verde – CISVERDE, como pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, com características, objetivos, organização administrativa, forma de gestão e demais regras previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto da Entidade.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, para acobertar as despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 4º - Fica autorizada a abertura de créditos adicionais especial, mediante Decreto Executivo, no valor de R\$ 18.421,03 (dezoito mil, quatrocentos e vinte e um reais e três centavos), destinados a suprir as seguintes dotações orçamentárias:

04 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISVERDE
(CONSOLIDAÇÃO)
04.01 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISVERDE
04.01.01 CONTRATO DE RATEIO - CISVERDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04.302.1014 Programa Mun. Integração a Consórcio Intermunicipal Saúde
04.302.1014.2.150 MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO –
CISVERDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP: 36.970-000

Art. 5º - Considera-se recurso para atender o disposto no artigo anterior, o mencionado no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64, anulando-se saldo da seguinte dotação orçamentária:

03 SAAE - SERV. AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
03.02 SAAE - INVESTIMENTO
03.01.01 SAAE - INVESTIMENTO
17 Saneamento
17.512 Saneamento Básico Urbano
17.512.0114 Distribuição de Água
17.512.0114.1023 CONSTR. REDE/RESERV./ETA/ABASTEC. DE ÁGUA
4.4.90.51.03 582 Obras e Instalações Nat. Industrial 18.421,03

Art. 6º - Para atender à celebração dos contratos de rateio com o consórcio público, o Município consignará, nas leis orçamentárias anuais, obrigatoriamente, dotações próprias para esta finalidade.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações orçamentárias que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues pelo Município de Manhumirim por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Art. 7º - Integra esta Lei, como anexo obrigatório e independentemente de transcrição, o Protocolo de Intenções que constituiu o Consórcio Intermunicipal de Saúde Verde – CISVERDE, para conhecimento e acompanhamento do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. A aprovação desta Lei implica a ratificação do protocolo de intenções em anexo.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.301, de 05 de abril de 2005, a partir da assinatura do contrato de rateio.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manhumirim – MG, 27 de agosto de 2010.



Ronaldo Lopes Correa
Prefeito Municipal